



# Anais da Assembléia

Nº 114

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE AGOSTO DE 1997.

ANO XXII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Lideranças

Governo ..... Deputado VALDIR ROSSONI  
PDT ..... Deputado WALMOR TRENTINI  
PTB ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
PMDB ..... Deputado ORLANDO PESSUTI  
PFL ..... Deputado ELIO RUSCH  
PSDB ..... Deputado CESAR SILVESTRI  
PT ..... Deputado PERICLES H. MELLO  
PPB ..... Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albenor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA

ATA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 1997

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Antes do Sr. 1º Secretário efetuar a leitura do Expediente, é com satisfação que esta Presidência anuncia em nosso meio a presença do ilustre Secretário de Estado, Cândido Martins de Oliveira, que nos honra com a sua presença e com a sua atuação, frente ao principal órgão de segurança deste Estado, que é a nossa Secretaria de Segurança, a ser exemplo a esta Nação, pela sua atuação e dos seus subordinados.

\* Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, gostaria que ficasse também registrado nos Anais da Casa, a presença dos Vereadores Geraldo e Silva, e o Sr. Nereu, do Município de São Mateus do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Registrado e associado à Mesa Executiva, a ilustre presença anunciada pelo Deputado Toti Colaço.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Proposta de Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - A alínea p, acrescida das alíneas q, r, t, u, v e x, do inciso III do artigo 103, da Constituição Estadual, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 103 - ...

III - ...

p) os crimes contra a pessoa, excetuados os crimes dolosos contra a vida;

q) os crimes contra a propriedade imaterial;

r) os crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos;

s) os crimes contra os costumes;

t) os crimes contra a incolumidade pública;

u) os crimes contra a paz pública;

v) os crimes de corrupção de menores; e

x) as demais infrações a que não seja cominada pena de reclusão, isolada, cumulativa ou alternativamente, exceto as falimentares".

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) JOEL COIMBRA

Apoiamento: Valdir Rossoni, Reny Borsatto, Edno Guimarães, Duílio Genari, Walmor Trentini, Edgar Bueno, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Luiz Carlos Zuk, Ricardo Chab, Albanor Gomes, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Ademair Traiano, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ângelo Vanhoni, Sâmis da Silva, Emerson Nerone, César Seleme, José Tavares, José Maria Ferreira e 02 ilegíveis.

## JUSTIFICATIVA:

**Exposição de Motivos**

A Constituição Federal estabelece, no § 1º do art. 125, que a competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, em razão de que a Constituição Estadual especifica, no inciso III, do art. 103, a competência recursal dos Tribunais de Alçada.

Ocorre, contudo, que a recente Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, acabou por acarretar sensível redução na competência constitucionalmente prevista para o Tribunal de Alçada, no tocante à matéria criminal, consoante se observou, na prática, desde então, enquanto que a matéria afeta ao Tribunal de Justiça permaneceu inalterada.

Para um melhor atendimento aos jurisdicionados, com o aceleração dos respectivos julgamentos, urge que se modifique a competência recursal de nossos Tribunais, para transferir determinadas matérias do Tribunal de Justiça para o Tribunal de Alçada, equilibrando, inclusive, o número de processos em uma ou outra Corte.

Assim, modificando a redação do art. 103, inciso III, alínea "p", da Constituição Estadual, e acrescentando a esse dispositivo as alíneas q, r, s, t, u, v e x, para o fim de transferir ao Tribunal de Alçada a competência recursal para o julgamento de parte dos crimes contra a pessoa, dos crimes contra a propriedade imaterial, dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos, dos crimes contra os costumes, dos crimes contra a incolumidade pública, dos crimes contra a paz pública e dos crimes de corrupção de menores, criamos condições para maior agilização e consequente eficiência do Poder Judiciário.

**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 1692**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução nº 008/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, objetivando a incorporação de parte territorial do Município de Foz do Iguaçu ao Município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) DURVAL AMARAL

Apoio: Irineu Colombo.

**REQUERIMENTO Nº 1705**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 1686**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar, pelo precoce falecimento do Padre Paulo Piekazewicz, ocorrido no último mês de julho, no Município de Braganey.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

O dia 14 de julho do ano em curso, ficará gravado para sempre no coração da população do Oeste do Paraná, especialmente daquela que reside em Braganey.

Um acidente na rodovia BR-369, que liga Corbélia a Cascavel, por volta das 19:30 horas, ceifou a vida de um grande homem. Pessoa dinâmica, de boa índole e caráter correto, Padre Paulo Piekazewicz foi tragado pela irresponsabilidade do nosso caótico trânsito.

Não só a comunidade católica do Oeste do Estado está lamentando o precoce passamento, mas todos os privilegiados que com ele tiveram a oportunidade de conviver.

Durante a sua estada aqui na Terra, Padre Paulo deixou exemplos que permanecerão vivos nas memórias de todos. Porém, sua marca jamais se apagará. Como Pároco de Boa Vista da Aparecida, Lindoeste, Santa Tereza e Braganey, se destacou num trabalho missionário digno dos melhores elogios. Alegre, sereno, humilde, a todos contagiava com sua cordialidade e amizade. Na sua caminhada sacerdotal, não se descuidou também de dar atenção especial aos menos protegidos pela sorte.

A Arquidiocese de Cascavel, foi duramente atingida pela perda prematura de um padre tão querido e disciplinado. As vezes ficamos até inconformados com a morte de pessoas que são absolutamente úteis à comunidade. Por

mais que nos esforcemos, não conseguimos compreender o plano de Deus, com o chamamento como esse ao Padre Paulo.

Através deste Parlamentar, a Assembleia Legislativa do Estado, cumpre o dever de associar-se à dor da população que encontra-se inconsolada com o triste acontecimento.

REQUERIMENTO Nº 1699

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de pesar à família do Sr. José Faustino Strioto, falecido no dia 19 de junho do corrente ano, no Município de Cianorte.

Peço enviar cópia à família, à Av. Souza Naves, 1144 - Cianorte/PR, CEP 87200-000.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1700

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de pesar à família do Sr. José de Lima, falecido no dia 14 de julho do corrente ano, no Município de Cianorte.

Peço enviar cópia à família enlutada, à Rua Ipiranga, 319 - Cianorte/PR, CEP 87200-000.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1687

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em ata de voto de louvor ao Dr. Jair Cirino dos Santos, pela sua atuação na Presidência da Associação Paranaense do Ministério Público.

Tais votos são extensivos aos integrantes da Diretoria da Associação nos biênios 93/95 e 95/97.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma se dê conhecimento ao Dr. Jair Cirino dos Santos e aos integrantes de sua diretoria.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 1689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Sr. Eduardo Dibax, Diretor Presidente da Belga Indústrias Químicas Ltda. e Dyplast - Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., com sede na Cidade Industrial de Curitiba, em virtude de seu espírito de solidariedade e visão empresarial.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Eduardo Dibax, filho do Paraná, nascido em 09 de outubro de 1940, na Cidade de Contenda, casado com Neuza W. Dybax, com quem formou uma família de quatro filhos: Marcelo, Márcia, Maurício e Mirian.

Em 1957, estabeleceu-se em Curitiba, iniciando sua vida profissional na Indústria Campos Hidalgo, chegando a direção da empresa. Em fevereiro de 1977, funda a Indústria Belga, de produtos de limpeza.

Hoje, a Belga e Dyplast, direta e indiretamente, empregam mais de 350 trabalhadores, os quais recebem tratamento social e trabalhista como poucos, reflexo da formação trabalhista do seu proprietário. A Belga comercializa seus diversos produtos em Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Roraima, Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais e Paraná, que estão dentro dos melhores padrões de qualidade.

Empresário empreendedor e de visão social, foi um dos poucos no Brasil que fazia proselitismo sobre o trabalhismo e seu principal líder, que encontrava-se exilado, o engenheiro Leonel Brizola. Com humildade e assumindo riscos, ostentava na sede de sua empresa uma grande foto do líder trabalhista, quando poucos não tinham coragem de falar no trabalhismo em Brizola. Apesar de suas posições políticas que sempre foram publicamente conhecidas, Eduardo Dibax fez crescer as suas indústrias e o número de trabalhadores empregados.

Homens como este, humilde, anônimo, empreendedor e de coragem, devem sempre ser lembrados pelas autoridades públicas, pois são estas mãos que dão ao Estado recursos financeiros, recolhidos através de tributos, para realização das obras que a população necessita.

REQUERIMENTO Nº 1696

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Churrascaria Ponta de Costela, através de seus proprietários Paulo Sérgio Diniz Reikdal e Erenilda Oliveira Mendes. A Ponta de Costela, instalada na Rua Mauá, nº 369, no decorrer de seus mais seis anos de funcionamento na região do Centro Cívico, tem se destacado pelo respeito, credibilidade e grande freguesia, diante de sua dedicação em bem servir sua comunidade. São profissionais sérios, qualificados e preocupados com o bem estar de seus clientes, sempre oferecendo qualidade e bons serviços, tornando-se referência obrigatória no roteiro gastronômico da Capital do Paraná. Precisamos de empresários assim, para cada vez mais valorizar nossa Curitiba.

Que esses cumprimentos se estendam a todos os funcionários e colaboradores do Ponta de Costela.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1697

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Valdemiro Felipe Adad e Nazira Júlio Adad, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1698

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Rede Vida de Televisão, que em junho completou dois anos de frutuosa existência, através de uma bem sucedida iniciativa do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã - INBRAC. A Rede Vida, ao ser criada, partiu do precipuo primeiro de ser, como deseja o Papa João Paulo II, o "Canal de Deus para a família brasileira", procurando evangelizar através de uma linguagem moderna, com qualidade técnica e artística, e dentro dos princípios éticos cristãos. Nossos cumprimentos ao arcebispo de Botucatu, Dom Antonio Maria Mucciolo, Presidente do INBRAC, entidade mantenedora da Rede Vida, extensivos a toda sua equipe de trabalho e a comunidade paranaense e brasileira pela oportunidade de termos, em nossos lares, um instrumento eficaz de formação cívica e de crescimento na fé cristã.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos, voto de congratulações às famílias descendentes de Climério Teixeira dos Santos, pelo transcurso, em 01 de agosto do corrente ano, do centenário de nascimento de seu patriarca.

Requer ainda, que se dê ciência desta homenagem aos familiares do mesmo, conforme relacionado: Josino Eleutério dos Santos, rua São João Batista, 123 - 89620-000 - Campos Novos/SC; Zenira Terezinha dos Santos Krassuski, rua Martin Afonso, 2745, ap. 102 - 80730-000 - Curitiba/PR; Zélia Oneida dos Santos Pacheco, rua Raul Caron, 142, sobrado 2 - 82810-180 - Curitiba/PR; Eny Umpierre dos Santos (viúva de Clínio Teixeira dos Santos), rua Pedro Ramires de Melo, 20, ap. 605 - 85500-000 - Pato Branco/PR; Izilda T. dos Santos (viúva de José Odacir Bello dos Santos), rua Major Sansão Carneiro, 609 - 85530-000 - Clevelândia/PR; Ulisses Tadeu Busato (filho de Aparecida de Lourdes Santos Busato) rua Engenheiro Rebouças, 2727, ap. 32 - 80250-170 - Curitiba/PR; e Lenira dos

Santos Gabriel, rua Mestrinho, 716 - 85530-000 - Clevelândia/PR.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

**JUSTIFICATIVA:**

Filho de Josino Eleutério dos Santos e Zeferina Teixeira dos Santos, Climério Teixeira dos Santos nasceu em 01 de agosto de 1897, na Estância do Salço, Município de Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul.

Acadêmico de Direito, obteve a Carteira nº 1 de Solicitador na OAB do Rio de Janeiro, passando a exercer a advocacia, conforme a Constituição Federal de 1981. Mais tarde, pela Emenda à Lei 2415, de 27.04.65, obteve o direito de exercer livremente a profissão, em igualdade de condições com os advogados formados, nos termos do artigo 150, da mesma lei.

Em 22 de julho de 1925, Climério Teixeira dos Santos casou-se com a clevelandense Oliva Belo, na Cidade de Xanxerê. Em 1930, transferiu-se para Clevelândia, em nosso Estado, tendo fundado e presidido o Lions Club local, além de ter sido também fundador e presidente do CTG Vaqueanos da Quêrência.

Em 1932, pelo Decreto nº 2790, foi nomeado suplente de Juiz de Direito de Clevelândia, pelo então interventor do Estado. Igualmente exerceu o cargo de Promotor Público da Comarca, nos anos de 1935 e 1937, por nomeação do Dr. Lauro Nery Canto.

Durante a administração de Manoel Lustosa Martins, Climério Teixeira dos Santos foi nomeado Secretário Municipal. Das inúmeras atividades que exerceu, além da advocacia, destacam-se as atividades de farmacêutico, médico, agrimensor.

No ano de 1964, foi anfitrião de comitiva do Tribunal de Justiça que visitou Clevelândia, tendo hospedado em sua própria residência, membros da alta cúpula do Poder Judiciário.

A Justiça do Estado do Paraná, em festa organizada pelo Dr. Edson Ribas Malachini, na época Juiz de Direito de Clevelândia, prestou homenagem ao Dr. Climério Teixeira dos Santos, no dia 1º de maio de 1972, quando de seu compromisso profissional, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados.

Em 12 de janeiro de 1976, com 79 anos, Climério Teixeira dos Santos faleceu.

Deixou uma grande família, um enorme círculo de amizades e a certeza do dever cumprido.

\* Nossa homenagem, portanto, aos descendentes desse valoroso pioneiro, que tanto contribuiu para o desenvolvimento da região sudoeste de nosso Estado.

**REQUERIMENTO Nº 1688**

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após oitiva do douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, e ao Sr. secretário de Estado da Saúde, com o objetivo de acatar sugestão no sentido de criar no Município de Paranavaí, a Central Regional de Notificação de Órgãos e Tecidos, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, nos moldes da Lei 11.210/95 e da Lei 11.236/95.

A presente solicitação é uma justa reivindicação da Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense, com sede em Paranavaí e que abrange vinte e nove municípios, e cremos, que de toda a população do Estado do Paraná, que tanto sofre com a falta de doadores de órgãos, que possa assegurar o bom êxito de um transplante, conforme demonstramos na justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) WALMOR TRENTINI

**JUSTIFICATIVA:**

A partir do momento que os transplantes de órgãos se tornaram possíveis, e com o avanço das técnicas de transplante, esses procedimentos se tornaram rotineiros para a reabilitação de pacientes portadores de algum tipo de insuficiência funcional de algum órgão vital ou tecido. Hoje, o transplante de órgãos e tecidos, tais como córneas, coração, fígado e rins, entre outros, é considerado técnica consagrada para uma efetiva reabilitação de pacientes portadores de insuficiência desses órgãos.

Além do objetivo fundamental dos transplantes de órgãos de salvar vidas, esses procedimentos também promovem significativa reabilitação física e social dos pacientes, reintegrando-os à família e ao trabalho, voltando a ser força produtiva.

A necessidade de captação de órgãos, nos dias de hoje, tem aumentado progressivamente, e tem exigido métodos organizados de captação de órgãos, com a regulamentação adequada, para assegurar sua eficiência.

A Secretaria Estadual de Saúde já dispõe destes métodos de captação que

ora requeremos, e o Estado do Paraná já dispõe de legislação atinente e em vigor, que desde 1992 regula os procedimentos de transplante, evitando problemas jurídicos e os abusos da prática desordenada dos transplantes.

Assim sendo, torna-se condição "sine qua non" para satisfazer a necessidade de um maior número de órgãos e tecidos para transplantes, a organização que assegure a justiça distributiva, através da implantação de uma central de captação e distribuição de órgãos e tecidos que atenda a população de Paranaíba e dos municípios circunvizinhos do Noroeste paranaense.

Todo o Estado sofre com a falta de doadores de órgãos e tecidos. Nas várias vezes em que se encontra um doador, este não possui os requisitos de compatibilidade ao qual possa assegurar o bom êxito do transplante.

No Brasil, com a atual e palpitante legislação que entra em vigor, e que torna cada brasileiro, um doador em potencial, é imperioso que esta organização ocorra através da Central Regional de Notificação e Transplante de Órgãos e Tecidos em Paranaíba, para que não furte aos paranaenses, principalmente da região Noroeste do Estado, a oportunidade de alcançar melhor qualidade de vida, por infortúnio que possa ser contornado, devolvendo-lhe a cidadania plena.

#### REQUERIMENTO Nº 1694

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Alcides José Saldanha - DD. Ministro dos Transportes, e Ilmo. Sr. Dr. João Alberto Sautchuk - DD. Diretor do DNER/PR, solicitando a construção de uma passarela na BR-277, no km 79, face aos inúmeros acidentes ocorridos no local. Conforme narrativa do Sr. José Carlos Moura (avalizada por abaixo-assinado com 700 assinaturas da comunidade) diariamente, existem centenas de trabalhadores e estudantes que trafegam obrigatoriamente pelo local, onde hoje existe um sinaleiro que não é respeitado pelos inúmeros motoqueiros, motoristas de ônibus, de carretas e de caminhões que por ali trafegam, mesmo com o sinal fechado para eles, esses motoristas simplesmente buzina, avisando que irão passar, e centenas de pessoas são atropeladas e mortas.

A necessidade de acabar com essa verdadeira "carnificina humana" é ur-

gente. Não bastam mais soluções paliativas que não trazem resultados concretos.

Por isso, a necessidade da construção da passarela, clamada pela comunidade. Em anexo, requerimento e abaixo-assinado da população.

Face a importância da questão, conto com o apoio dos nobres Pares ao solicitado.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) RICARDO CHAB

#### REQUERIMENTO Nº 1701

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER a transcrição do artigo anexo, intitulado "Samuel Guimarães da Costa", em que o escritor Túlio Vargas, Presidente da Academia Paranaense de Letras exalta, nas páginas da Gazeta do Povo, a figura do jornalista e escritor Samuel Guimarães da Costa, recentemente desaparecido.

Samuel, Cidadão Benemérito do Paraná, autor da mais recente obra histórica sobre esta Assembléia Legislativa, merece o respeito de todos nós, que cultuamos em sua memória um dos vultos mais representativos da inteligência do povo paranaense.

Requer mais que desta manifestação seja dado conhecimento ao eminente literato Túlio Vargas, bem como à família do saudoso Samuel Guimarães da Costa.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) ANIBAL KHURY

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 330/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam habilitados ao enquadramento no cargo de Investigador de Polícia - 5ª Classe, todos os funcionários públicos estaduais que se encontram em desvio de função, há mais de 3 (três) anos, desempenhando atividades das carreiras enumeradas no art. 13, da Lei Complementar nº 14, de 16 de maio de 1982, em órgãos policiais civis do Estado do Paraná.

Art. 2º - Para efetivação no cargo acima descrito, o funcionário terá que prestar provas em concurso interno e posteriormente cursar a Academia de Polícia Civil do Estado.



Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

O objetivo maior da apresentação da presente proposição é de melhor aparelhar a Polícia Civil do Estado do Paraná, de forma a não onerar os cofres públicos e possibilitar um fortalecimento no combate a criminalidade em nosso Estado.

Ao se aproveitar os funcionários públicos estaduais que já prestam serviços em órgãos da Polícia Civil, o Governo do Estado irá garantir um melhor desempenho funcional, dar mais garantias ao funcionário e proporcionar uma economia na folha de pagamento, pois haveria somente um enquadramento de servidores que exercem, há mais de 3 anos, as mais diversas atividades policiais.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição que irá, com certeza, colaborar para uma melhoria no desempenho da atividade policial e evitar um flagrante desrespeito ao art. 63, do Estatuto do Funcionário Público Estadual, no que concerne ao desvio de função.

**PROJETO DE LEI Nº 331/97**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Mandiocaba, com sede no Distrito de Mandiocaba e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) WALMOR TRENTINI

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Mandiocaba, é uma associação civil, sendo órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede e foro no Distrito de Mandiocaba, Município de Paranavaí.

São objetivos da associação, discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência do educando, o aprimoramento do ensino, e para a integração família-escola-comunidade; prestar assistência aos educandos e

assegurar-lhes condições de eficiência escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade desta mesma comunidade; proporcionar condições ao educando, criticar e participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização livre em grêmios estudantis; representar os reais interesses da comunidade e dos pais dos alunos junto à escola, contribuindo, dessa forma, para a melhoria do ensino e da melhor adequação dos planos curriculares; promover o entrosamento entre pais e alunos, professores e membros da comunidade, através de entidades sócio-educativas-desportivas; contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, sempre dentro de critérios e prioridade, sendo as condições dos educandos fator de máxima prioridade.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de utilidade pública.

Tendo em vista os motivos retro, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

**PROJETO DE LEI Nº 332/97**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cecília Meireles, com sede e foro no Município de Colorado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cecília Meireles, tem por objetivo trabalhar para a formação do educando e colaborar com a integração da estrutura da escola com a comunidade de Colorado.

Tendo a APM prestado por mais de 20 anos bons serviços, entendemos ser justa a nossa proposição, e esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

**PROJETO DE LEI Nº 333/97**

A Assembléia Legislativa do



Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Antonio Oliveira Santos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O empresário Antonio Oliveira Santos é natural de Vitória, no Espírito Santo, onde formou-se em Engenharia Civil e Eletricista, em 1945, tendo lecionado, como titular da cadeira de Física, na Universidade Federal daquele Estado. Desde jovem, atuou nas Entidades de Classe Patronais de seu Estado natal, tendo em 1972 sido eleito como vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio, principal entidade representativa dos empresários do comércio e de serviços do País. Em 1980, foi eleito Presidente dessa entidade, passando a presidir, também, em todo o Brasil, os Conselhos Nacionais do SESC e do SENAC. Integrou o Conselho Monetário Nacional e outras tantas representações junto aos mais variados Colégios do Poder Público e da Iniciativa Privada. Tem tido marcante atuação em defesa da livre iniciativa. Tem chefiado várias delegações de empresários ao exterior, ampliando os negócios bilaterais para nosso País. Participa regularmente de eventos da OIT e do Fundo Monetário Internacional. Como Presidente da CNC, do SESC e do SENAC, entidades que têm regionais aqui no Paraná, sempre emprestou a melhor colaboração, as maiores atenções para com nosso Estado. Aqui temos o SESC, espalhado por todo o nosso território, levando atendimento a milhões de trabalhadores do comércio e de serviços, e o SENAC, qualificando e aperfeiçoando a mão de obra para o setor terciário. São instituições que o Dr. Antonio Oliveira Santos preside, a nível nacional, e faz do Paraná um dos melhores regionais dentro da constelação destas entidades, diante da excelência do quadro de dirigentes aqui no Paraná, e principalmente, pelas atenções e cuidados com que o Dr. Antonio Oliveira Santos sempre dedicou às coisas e à gente paranaense. Fatos que o credenciam, com justiça, a merecer nossa proposição e o reconhecimento desta Casa de Leis, traduzindo o agradecimento de todos os paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 334/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Wilson Marcelino Filho, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Carlos de Carvalho, nº 608, e em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, à Av. Hercílio Luz, nº 150, sendo porém o foro jurídico em Florianópolis, Santa Catarina, com atuação em todo o território nacional e nos países onde for legalmente reconhecida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva conceder à Fundação Wilson Marcelino Filho, neste Estado, o benefício da Unidade Pública Estadual, em vista dos propósitos sociais da entidade.

Considerando as especiais finalidades da supracitada entidade, conclamo aos nobres Parlamentares para a aprovação da matéria propositória.

PROJETO DE LEI Nº 335/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Jardim Roma e Anita Garibaldi, com foro e sede no Município de Almirante Tamandaré/PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Jardim Roma e Anita Garibaldi, é entidade fundada em 26.02.93, dedica-se ao bem estar dos moradores e principalmente crianças de Almirante Tamandaré, com programas semanais de trabalhos manuais, profissionalização de menores, promoção de cursos, oficinas, atividades educativas e culturais. O Clube de Mães já oferece cursos de corte e costura, pintura em tecido, crochê, tricô e fabricação de acolchoados.

A Diretoria é composta por voluntários preocupados em manter a comunidade ativa e tirar as crianças da marginalidade, mantendo-as em atividades recreativas e funcionais, orientando-as e ensinando-as uma profissão.

No entanto, em que pese a ajuda conseguida junto à municipalidade e comunidade local, necessita de recursos oriundos dos órgãos governamentais. Para tanto, necessita da Lei de Utilidade Pública, razão do presente projeto de lei, o qual julgamos meritório e conclamamos aos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 336/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Esperança - CRE, com sede e foro na Cidade de Pinhais, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Recuperação Esperança - CRE, que ora pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, criada no dia 29 de março de 1996, e registrada sob o nº 288, livro A/2, em 03 de julho de 1996, registro de pessoas jurídicas, Cartório de Registro de Títulos e Documentos, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, tendo por objetivo principal a triagem, o tratamento e acompanhamento das pessoas toxicômanas e seus familiares. Está inscrita no CGC/ME, sob nº 01.289.219/0001-15 e declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 171/96, de 10.09.96.

Além dos objetivos referidos, a entidade objetiva também, a organização e desenvolvimento de programas assistenciais, educacionais, culturais, entre outros, voltados ao atendimento da família e das pessoas viciadas em drogas, visando o desenvolvimento integral do ser humano, cooperando desta forma com a sociedade, órgãos públicos e instituições congêneres.

Para o cumprimento de suas finalidades e manutenção de sua política e filosofia de ação, mantém estreito relacionamento com entidades públicas e privadas.

\* Como todos sabemos, que não há justiça sem lei, e portanto, o mínimo que poderíamos fazer para ajudar na solução das enormes dificuldades que afligem as classes menos favorecidas, seria encaminhar a esta conceituada Casa de Leis, a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 337/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o Orfanato Evangélico Perfeito Louvor, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Orfanato Evangélico Perfeito Louvor, que ora pretendemos seja declarado de Utilidade Pública, criado no dia 14 de agosto de 1994, e registrado sob o nº 12.560, livro "A", de pessoas jurídicas, no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CGC/ME sob nº 00.192.582/0001-55, tendo como principal objetivo o atendimento da criança órfã.

Além dos objetivos mencionados, a Instituição objetiva também, a organização e desenvolvimento de programas assistenciais, educacionais, culturais e religiosos, voltados ao desenvolvimento integral da criança e de sua família, cooperando desta forma com instituições públicas e privadas, na questão social dessa população.

Para o cumprimento de seus objetivos e da manutenção de sua política e filosofia de ação, mantém estreito relacionamento com entidades congêneres e organismos públicos.

Como todos sabemos, que não há justiça sem lei, e portanto, o mínimo que poderíamos fazer para ajudar na solução dos enormes problemas que afligem a classe menos favorecida, seria propor a esta conceituada Casa de Leis, a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 338/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o art. 7º, da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - Para fins do inciso XI do art. 27, da Constituição Estadual, e art. 1º, da Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993, o limite máximo a ser pago aos servidores do Estado não poderá exceder a 20 (vinte) vezes o menor vencimento básico do Quadro Geral do Estado para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais, excluídos o adicional por tempo de serviço, as vantagens decorrentes do cargo em comissão, a gratificação de ensino, a indenização de representação, e o adicional de inatividade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
ANIBAL KHURY

Apoio: Luiz Carlos Martins e Albanor Gomes.

JUSTIFICATIVA:

Várias categorias do funcionalismo do Estado do Paraná não foram amparadas pela Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995, que alterou a Lei nº 10.331, que dispõe sobre o limite máximo de remuneração dos servidores da administração direta, autárquica e funcional dos Poderes do Estado.

A apresentação deste plano de lei tem o propósito de alterar a Lei nº 11.071 e beneficiar classes funcionais que estavam sendo prejudicadas. Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 339/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual obrigado, nos termos desta Lei, a creditar na conta do Fundo de Participação dos Municípios no ICMS do Estado, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos recebidos do Governo Federal, a título de compensação financeira pelas perdas do ICMS estadual, decorrentes da aplicação da Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, Lei Kandir.

Art. 2º - O repasse à conta do Fundo de Participação dos Municípios no ICMS do Estado, ocorrerá em período

máximo de 24 horas, após o recebimento pelo Tesouro do Estado.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Fazenda encaminhará mensalmente à Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e a Associação dos Municípios do Estado do Paraná - AMP, demonstrativos financeiros dos recursos recebidos do Governo Federal e dos recursos creditados à conta do Fundo de Participação dos Municípios no ICMS, informando as datas respectivas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e fica a Secretaria de Estado da Fazenda autorizada a fazer as alterações orçamentárias a sua aplicação.

Sala das Sessões, em 05.08.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996 - Lei Kandir, desonerou os produtos primários e semi-elaborados, destinados à exportação, da incidência do ICMS.

Essa desoneração compromete as receitas dos Estados que têm na produção e exportação agropecuária sua base produtiva. Este é o caso do Paraná, com reflexos negativos sobre a evolução dos recursos do ICMS do Governo do Estado e do conjunto dos municípios, na medida do ICMS recebido, o Tesouro do Estado fica com 75% e os 25% restantes destinam-se aos municípios.

Como forma de compensação, o Governo Federal estabeleceu um período de 7 (sete) anos para a adequação das receitas e vem repassando ao Governo do Paraná recursos financeiros, com a finalidade de ressarcir o Estado por suas perdas tributárias.

Foram creditados ao Governo do Estado do Paraná R\$ 52.880.668,63 em 1996 e, segundo estimativas preliminares, R\$ 35.825.000,00 entre janeiro e maio de 1997, totalizando R\$ 88.705.668,53. Desses recursos, o conjunto dos municípios do Estado deveria ter recebido R\$ 22.176.417,00.

Assim, a lei tem por objetivo garantir o repasse automático da parte dos recursos do ressarcimento pela perda do ICMS incidente sobre os produtos desonerados, e que de direito são dos municípios paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um dos maiores anseios da população do oeste e extremo oeste do Estado, é ver a BR-277, extensão Foz do Iguaçu - Cascavel, duplicada. Esse trecho de rodovia, de apenas 140 km, passou a ser um dos principais corredores rodoviários do Paraná e do Brasil, até pela sua localização geográfica estratégica, ligando o Paraná, o Brasil, aos países que integram o MERCOSUL: Paraguai, Argentina, Uruguai e até mesmo o Chile. Por ali, vemos, diariamente, milhares e milhares de veículos, a maioria de transporte pesado, transportando as riquezas do Brasil para os países vizinhos e vice-versa, a produção argentina, paraguai, uruguai e chilena, ingressando no Brasil pelas pontes Tancredo Neves e da Amizade, fazendo uma real interligação entre os países do MERCOSUL.

Vemos, por outro lado, com tristeza, que a cada dia que passa, aquele trecho de rodovia encontra-se mais deteriorado. Não temos mais acostamento, não temos mais sinalização e a pista de rolamento está mais degradada, mais esburacada e em consequência disso, assistimos a muitos e trágicos acidentes, provocando prejuízos materiais de grande monta aos proprietários dos veículos, e, pior que isso, vemos mortes acontecendo, vidas sendo ceifadas pelos acidentes que ali ocorrem.

Para alegria nossa, na parte da manhã, o Deputado Sâmis da Silva e eu, acompanhados do prefeito de São Miguel do Iguaçu e Diamante do Oeste, estivemos em contato com o Secretário dos Transportes, Heinz Herwig, e ele nos dava a notícia de que dando prosseguimento naquele processo que acabou culminando com a delegação da administração das Brs pelo Governo Federal para o Governo do Estado, já encontra-se em fase final de licitação, a terceirização da exploração da rodovia e a expectativa é de que até a próxima sexta-feira estará concluído o processo licitatório, definido o consórcio que vai explorar aquele trecho da rodovia, como também todo o anel rodoviário do Estado do Paraná. Que, num prazo máximo de dois meses, teremos o início das obras por parte desse consórcio, dessa empresa, que vão explorar o pedágio, de recuperação da pista, de reconstrução do acostamento, de sinalização para 6 meses depois, entrada em operação esta rodovia com essa restauração, a empresa começar a cobrar o pedágio.

\* A nós, usuários da rodovia, não nos interessa se temos ou não que pagar pedágio. Importante é trafegarmos naquela rodovia com segurança, com tranquilidade. E desde que hajam os investimentos iniciais por parte das empresas, não importa se vai ser cobrado pedágio ou não. Certamente que vai ser cobrado pedágio! Para, a partir daí, essa empresa que vai ganhar a concorrência, fazer o trabalho de duplicação dessa rodovia BR-277, nesse trecho, como também de todo anel de integração.

Fico feliz e faço questão de registrar aqui, em meu nome e em nome do Deputado Sâmis, dos Deputados que representam a região Oeste do Estado do Paraná, como também por parte de toda aquela população, essa grande vitória do Estado do Paraná, em função dessa delegação no Governo Federal e desse processo competente que foi desencadeado pela Secretaria dos Transportes e delegação do processo de exploração para cobrança de pedágio dessa rodovia, que foi muito bem implantado.

E aqui merece os nossos parabéns o nosso DER - Departamento de Estradas de Rodagem, o ex-Secretário Deni Schwartz e o atual Secretário Heinz Georg Herwig.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Terminado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. DUÍLIO GENARI - Apenas para registrar a presença neste Plenário da nossa Presidenta da Câmara de Toledo - Dra. Fátima Campagnolo, do PPB. E ainda registrar a presença do Prefeito de Toledo - Derli Domingo, PPB.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É para nós uma satisfação neste reinício dos trabalhos, fato ocorrido no dia de ontem, mas somente hoje estamos comparecendo à tribuna. E para nós é uma satisfação muito grande, digo, poder, neste reinício de trabalho, comparecer à tribuna desta Casa e falarmos de um assunto que costumeiramente temos falado na Assembléia Legislativa, e que diz respeito à situação dos agricultores e dos pecuaristas do Estado do Paraná.

Hoje, no período da manhã, conforme anunciou no dia de ontem, o Deputado Toti Colaço, nas dependências do Plenarinho, a partir das 9 horas da

manhã, permanecendo em reunião até por volta das 12:30 horas, o Bloco Parlamentar Municipalista, presidido pelo Deputado Toti Colaço, e o Bloco Parlamentar Agropecuário, presidido por nós, teve a oportunidade de recepcionar agricultores de diversos municípios da Região Centro-Sul, em especial os municípios de Rebouças, do Município de São Mateus do Sul, Irati, Teixeira Soares, e quero acreditar, de outras localidades.

Tivemos também, o privilégio de recepcionar, nas dependências do Plenarinho, onde a presença do Deputado Augustinho Zucchi - Presidente da Comissão de Agricultura; Deputado Caíto Quintana, Deputado Péricles, Deputado Irineu Colombo, foi de maior importância para todos nós, para que pudéssemos debater com os agricultores, ouvir os relatos desses agricultores, e através desses relatos trocar experiências e informações com os dirigentes que lá compareceram. Lá esteve o Presidente da FAEP - Agid Meneguetti; lá esteve o Presidente da FETAEP - Antonio Zarantonelo; lá esteve o Presidente da OCEPAR - João Paulo Koslowicz; esteve lá o Superintendente Adjunto do Banco do Brasil - Dr. Paulo Cesar; esteve o representante da área de crédito rural do BANESTADO - João Antonio Arruda; esteve lá o Prefeito de Rebouças, Vereadores e Lideranças do setor produtivo do Estado do Paraná.

Diante daquilo que se relatou, daquilo que se mostrou através de documentos, fica para todos nós a certeza de que o setor produtivo, não só do Paraná, mas o setor produtivo de todo o Brasil, continua sendo penalizado.

Quando viemos a esta tribuna, há alguns meses atrás, mais especificamente no ano de 95, defender a securitização da dívida dos agricultores, naquele momento, ao fazermos a defesa da securitização, defendíamos também que algumas medidas prévias fossem adotadas pelo Governo, no sentido de eliminar multas punitivas, no sentido de eliminar taxas e mais taxas, juros, correções, que se colocado em cima dessas dívidas, cuja verdadeira razão não existia, para que ela fosse incluída como uma dívida do produtor rural. No entanto, a esfera econômica do Governo Federal entendeu que a securitização poderia sair, mas incluindo todas aquelas taxas, todas aquelas multas, enfim, todos aqueles penduricalhos que estão agregados hoje à dívida securitizada dos produtores rurais.

Agora, chegou o momento em que essa dívida securitizada tem que começar a ser paga, e os produtores rurais, conforme já anunciávamos naquela oportunidade, não têm condições para pagar sequer a primeira parcela. Por que? Porque esta parcela está engordada, vamos dizer assim, com juros, correções, taxas que são indevidas, e além do que a receita hoje obtida, a renda hoje obtida pelo produtor rural, não permite a ele que pague este tipo de financiamento que foi securitizado.

Então, diante de tudo isso, dos dados levantados, decidiu-se que vamos dar seguimento a essa reunião, ouvindo agricultores e lideranças, não só da região centro-sul, mas também da região oeste, sudoeste, da região norte e noroeste, do centro do Paraná, dos Campos Gerais, para que possamos, unido as forças de todos os agricultores e lideranças políticas deste Estado, fazermos realmente um grande gesto de pressão e de reivindicação, tanto junto ao Governo Estadual, quanto ao Governo Federal, para que possamos modificar o perfil dessa dívida securitizada, conquistando num primeiro momento recálculo dessa dívida, para que ela volte aos seus valores verdadeiros, para que ela volte aos seus valores de fato, aquele valor que foi objeto de retirada de empréstimo por parte do agricultor, que dessa dívida hoje securitizada sejam eliminados, como disse, todos aqueles penduricalhos que hoje pesam sobre os ombros do agricultor e da agricultura paranaense brasileira.

E vamos, num segundo momento, depois de recalculada essa dívida, vamos exigir que um prazo maior seja dado aos agricultores, que uma condição de pagamento mais favorável seja permitida aos agricultores, que também reivindiquem outros mecanismos de apoio à produção rural, mecanismos esses ligados ao crédito, ligados ao seguro, ligados à armazenagem, ligados, enfim, ao preço final do produto.

Portanto, quero cumprimentar o Deputado Toti Colaço, pela organização dessa reunião, cumprimentar os vereadores que estão aqui, ao prefeito, as lideranças agrícolas que aqui vieram, por esta iniciativa de dar este pontapé inicial na busca de uma solução para este grave problema que é a dívida dos produtores rurais, dívidas estas que foram securitizadas de uma forma totalmente desfavorável e até desumana para os nossos agricultores.

Cumprimentar os Deputados que lá estiveram, e dizer a todos que a nossa luta em favor da agropecuária, em favor dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, essa nossa luta, apesar de já estar sendo desenvolvida há muitos anos, em nenhum momento nos traz desânimo pelos insucessos na caminhada que muitas vezes conquistamos, mas certamente, a cada dificuldade, a cada reunião, a cada momento como esse, de agruras que vivemos, mais se acende a chama, dentro de nós, de defesa do setor produtivo rural dentro do Estado.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado!

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Para registrar a presença do Vereador Elias, do Município de Rebouças; e também o Juca, que é o Secretário da Agricultura daquele município.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É fácil você ocupar a tribuna deste Parlamento, e falar na ausência. Mas quero aproveitar a presença de um homem nesta Casa, que orgulhou o Estado do Paraná, em todo o episódio que aconteceu na Nação brasileira, na greve da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Enquanto a maioria dos Estados brasileiros, na sua quase totalidade, gritavam violência, aprontavam, denegriam a melhor polícia do Brasil, que está no Paraná, que é a Polícia Civil e a Polícia Militar, manteve-se tranquila, graças ao Governo do Estado do Paraná, Governador Jaime Lerner, e graças ao trabalho sério, ao trabalho cara limpa, ao trabalho honrado do meu Secretário de Segurança Pública, Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira.

E em meu nome, e em nome do Deputado José Tavares, saiba, Deputado José Tavares, que o Secretário de Segurança instala esta semana, em Londrina, um Comando Tático Móvel para o combate a seqüestros, ao tráfico de drogas, a todas as formas de violência que venham a denegrir, rasgar, violentar os direitos da família brasileira da minha Londrina, e o mesmo ele está fazendo em todas as subdivisões do Estado do Paraná, ele, Cândido Manoel Martins de Oliveira e o meu Governo, Governo Jaime Lerner.

Sai daqui, ilustre Secretário, com a certeza de que Londrina vai lhe receber de braços abertos, e espero, Cândido Manoel Martins de Oliveira, que Vossa Excelência leve também para Maringá, para Campo Mourão, para Paranavaí, para Cascavel, para União da Vitória, para Ponta Grossa, para todas as cidades do Paraná, este trabalho que Vossa Excelência, com a cara limpa, com a cara de um estadista que foi convidado pelo Ministro da Justiça a dar aula em Brasília sobre segurança, isto é que é um orgulho que sinto como um Deputado, que não tive o Paraná como berço, mas me orgulho e vou me orgulhar de tê-lo como túmulo.

Para mim, é uma satisfação ver o Secretário de Segurança Pública do Paraná ser convidado pelo Ministro da Justiça para estar em Brasília, com todos os Secretários do Brasil, e lá esteve o meu Secretário, o secretário da família brasileira do Paraná, dando aula de segurança, mostrando ao Paraná o seu programa de Governo na área da Segurança, que é voltada não ao rico, não ao milionário, mas à família pobre ou da classe média, ou da classe elitista, porque segurança não é para um, na cabeça do Secretário Cândido, segurança, na cabeça dele, é segurança para a família brasileira do Estado do Paraná.

Muito obrigado! Que Vossa Excelência continue com esta caminhada, plantando com a cara limpa a arte de legislar, até no seu gabinete, segurança limpa para a família brasileira do Estado do Paraná. Meus parabéns!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

Com a palavra o PDT. PSDB. PFL. PT. PTB. PPB.

(Todos declinam)

Pelo Horário do PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria chamara a atenção dos Senhores desta Casa, porque venho à esta tribuna trazer ao conhecimento dos meus nobres colegas Parlamentares um fato que considero da maior gravidade, porque ao analisar o Balanço Geral de 1996, Sr. Presidente e Srs. Deputados, naquela função que é muito própria de cada um dos Parlamentares, mas especialmente daqueles que aqui nesta Casa exercem a sã oposição, ou seja, que estabelecem aqui o espaço do contradi-

tório, na verdade, Deputado Vanhoni, vamos nos deparar com uma gravíssima injustiça que está sendo feita com os municípios paranaenses, e gostaria de chamar a atenção, especialmente daquelas Parlamentares que ocupam as tribunas desta Casa, para falar em nome do municipalismo, daqueles que batem no peito e proclamam que defendem os interesses dos municípios, porque, Deputado Alborghetti, ao ler o Balanço Geral de 1996, aliás, quero aqui, publicamente agradecer ao Deputado Anibal Khury, por ter me acessado todos os documentos. Talvez, pouquíssimas vezes um Parlamentar teve acesso a toda a documentação que é oferecida pelo Governo do Estado constitucionalmente, mas identificamos aqui no Balanço Geral uma falha gravíssima no princípio da repartição dos impostos que são arrecadados da sociedade.

E, pasmem os Senhores, Deputado Reny Borsatto, que quando se instituiu no País a famosa Lei Kandir, que...

(É tirado o som)

...os produtos primários da colheita do ICMS, e fez com que o Estado do Paraná perdesse e está perdendo, há que se reconhecer isto, um substancial volume das suas receitas, vamos verificar como é que queremos um Estado, como bem disse, aliás, outro dia, num pronunciamento quando uma Comissão de Prefeitos foi falar com ele, o Governador Jaime Lerner disse que não queria um Estado paternalista. Por isso é que ele não ia compensar a prorrogação do FEF com recursos do Tesouro do Estado.

Mas, veja bem, Deputado Vanhoni, o que está acontecendo, o Governo do Estado do Paraná recebeu da União, na famosa, tecnicamente se define, Receita, e transferências correntes, recebeu, no ano de 1996, 52 milhões, 880 mil, 668 reais e 53 centavos, e recebeu, neste ano de 1997, de janeiro a maio, recebeu outro tanto, já, Deputado Traiano, recebeu mais de 35 milhões, 825 mil, que totaliza 88 milhões, 705 mil reais.

Muito bem, o que aconteceu? Todos acreditávamos, e especialmente eu tinha certeza disso, que o Governo Estadual, ao receber essa transferência, Deputado Nerone, dos recursos que deixaram de entrar no cofre da arrecadação total que o Estado faz, porque os Senhores sabem, nunca é demais repetirmos, dos 100% que o Estado arrecada de ICMS, 75% fica com ele, e 25% é distribuído para os municípios, atra-

vés do Fundo que distribui esses recursos.

E o que está acontecendo? O Governo do Estado, ao invés de colocar o dinheiro recebido da compensação da Lei Kandir no Fundo do ICMS, na verdade, está colocando em outra conta, como as transferências correntes da União, não repassando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o dinheiro sagrado dos municípios paranaenses. Deixaram de ser repassados, Deputado José Maria Ferreira, 22 milhões, 176 mil reais, ao conjunto dos municípios paranaenses, desde a instituição, desde a promulgação da Lei Kandir, e a regulamentação feita pelo Governador Jaime Lerner.

Então, estou tentando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, num esforço conjunto desta Casa, corrigir esta gravíssima injustiça que está sendo cometida contra os municípios paranaenses, apresentando um projeto de lei que institui o repasse de 25% dos recursos recebidos pelo Tesouro do Estado, decorrentes da aplicação da Lei Complementar Federal nº 87, Lei Kandir, ao Fundo de Participação dos Municípios, do ICMS, e dá outras providências.

O Sr. José Maria Ferreira - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, Vossa Excelência traz nesta Casa e nesta tarde, um assunto extremamente de importância. Estamos vendo os municípios paranaenses e brasileiros se queixarem da penúria, da falta de recursos, fizeram um movimento histórico, talvez só comparado quando os municípios brasileiros se arregimentaram para reivindicar a emenda Passos Porto, a que realmente conseguiu transferir recursos aos municípios, e deu condições de ter um fluxo de receita mais permanente e mais adequada.

Fizemos, e aí está o nosso Presidente do Bloco Municipalista, Deputado Toti Colaço, junto com alguns companheiros desta Casa, idas a Brasília, reuniões no interior do Estado, reuniões com o Governo Federal, no sentido de que o FEF - Fundo de Estabilização Fiscal, não fosse estabelecido, não fosse aprovado, e que com isso não retirassem 12,4% da receita dos Municípios de todo o Brasil.

Foi um movimento grande, sensibilizou o Governo Federal, e que permitiu algumas compensações para que pu-



déssemos aí até ter minimizado a situação.

Mas isso não faz menor o estrago que o Governo Federal faz nas contas municipais, especialmente nas suas receitas, porque o município, de anos em anos, tem ficado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com a carga da saúde, da educação, do transporte e escolar, da assistência social, e não tem tido no mesmo parâmetro, no mesmo passo, a transferência de receita e de recursos.

Em sã consciência, confesso, Deputado Luiz Claudio Romanelli, quando apresentou os dados aqui, não acreditei que o Governo do Estado do Paraná tivesse lançado mão de um expediente que retira ainda mais recursos de municípios penalizados pela situação que hoje vivemos. Municípios engessados numa reforma pública, administrativa, que precisa acontecer e não acontece, e não permitindo que as mesmas receitas possam ser reparadas na mesma velocidade com que as despesas ocorrem.

Isto tudo agravado com a subtração da Lei Kandir, que não contribui para que o bolo formador do ICMS fosse aumentado. E a compensação, também um ganho conquistado junto ao Governo Federal pela regimentação, pela organização e pelo choro dos Estados que também deveria ser repassado aos municípios.

Se o Estado perde com a Lei Kandir, que ela tem um princípio maior que é de permitir que nossos produtos primários possam concorrer e possam ter preços competitivos no mercado internacional, precisamos minimizar, repartir as dificuldades desta lei. E por isso, mais justo se faz, quando Vossa Excelência, atento às questões dos municípios do interior do Estado, apresenta este projeto de lei.

Quero crer que o Governo e o Dr. Jaime Lerner, na liderança do nosso Deputado Valdir Rossoni, explicará com certeza, espero que os municípios não tenham perdido, porque seria um braço alongado nos cofres dos Municípios do Estado do Paraná.

Parabéns pela análise que faz do relatório das atividades do ano de 96, esperamos que os municípios paranaenses possam ser compensados, melhor, possa lhe ser restituído aquilo que lhe é de direito.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Queria agradecer o aparte feito pelo De-

putado José Maria Ferreira, que vem na verdade, somar-se a esta preocupação.

Não poderia deixar de registrar, aqui, com muito orgulho e satisfação, a presença do Professor Adail Sprenger Passos, que foi Deputado Estadual, foi vice-Prefeito de Curitiba, foi Vereador em Curitiba, professor da Escola de Engenharia, uma figura extraordinária, que sempre militou nos quadros do MDB, do PMDB, que sempre foi alguém que muito nos orgulhou. É uma satisfação muito grande vê-lo aqui nesta Casa, hoje, professor Adhail Sprenger Passos.

Concedo um aparte do Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Romanelli, agora está ficando claro o porquê que os Estados, e também o Estado do Paraná, quando o Governo Federal e o Congresso Nacional discutia, até semanas atrás, a aprovação ou não do FEF, o porquê que os Estados e o Estado do Paraná também, o Governo, não se manifestou em favor da derrubada em definitivo do FEF. Lá em Brasília, por diversas vezes lá estivemos, com muitos Deputados, e a maioria absoluta dos Prefeitos paranaenses, mas sempre os municípios defendendo a não prorrogação do FEF. Os Estados, principalmente o nosso, não se via presente lá.

Agora, com Vossas Excelências estudando o Orçamento do Estado, a prestação de contas, pude observar claramente, que na verdade, o Estado não tinha interesse em que o FEF fosse modificado, porque está sendo compensado através da Lei Kandir, onde Vossa Excelência coloca aí, que veio, já durante os anos de 96 e 97, mais de 88 milhões de reais, compensando o ICMS, a renúncia fiscal que o Estado faz nos produtos primários e semi-elaborados. E, automaticamente, parte desses recursos, conforme Vossa Excelência muito bem está colocando, 25% deveria estar nas contas dos municípios paranaenses, e não estão.

Cumprimento Vossa Excelência pelo estudo que fez, pelo pronunciamento que faz, e com certeza, pelo projeto de lei que apresentará, que estaremos do seu lado, para aprová-lo a qualquer custo, a qualquer preço.

Parabéns a Vossa Excelência pelo assunto levantado aqui, nesta Sessão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Concedo um aparte ao Deputado Orlando Pessuti, agradecendo ao Deputado Toti

Colaço, que é Presidente do Bloco Municipalista, e que tem feito um trabalho muito forte, em Brasília, para poder resgatar o direito dos nossos municípios.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Romanelli, queremos cumprimentar Vossa Excelência por trazer a todos nós Parlamentares, informações as mais importantes, não para nós Parlamentares estaduais, mas também para os Parlamentares municipais, para os Vereadores, para os 399 Prefeitos do Estado do Paraná.

Esse é um dinheiro que todos sabemos, resulta de um repasse do Governo, uma transferência do Governo Federal, que é para compensar as perdas do ICMS, portanto, este recurso também deve ter a sua parcela destinada aos municípios.

Uma outra questão que nos chamou a atenção, dias atrás, quando analisávamos com Vossa Excelência e com alguns assessores os balancetes publicados pelo Governo do Estado, no Diário Oficial do Estado do Paraná, dizem respeito aos recursos dos royalties, que também são repassados pelo Governo Federal, e que são recursos que têm destinação carimbada, específica. Ou seja, os recursos oriundos dos royalties do Governo Federal repassados ao Estado do Paraná, até onde temos conhecimento, eles têm de ser transferidos ao Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná.

Pela publicação dos balancetes no Diário Oficial, tanto de 1996, balanço final, e de 1997, observamos que alguns milhões de reais, não saberia, agora, precisar os valores, mas com certeza, superior a 60 milhões de reais, que vieram a título de transferência de royalties, não foram esses milhões de reais transferidos ao FDE.

Esses recursos, até onde sabemos, por conversações que temos feito com o pessoal do FDE, com a Secretaria da Fazenda, esses recursos estão impedindo que o Governo do Estado repasse recursos de apoio às indústrias paranaenses, que estão buscando recurso financeiro do FDE, para implantação, ampliação ou para o desenvolvimento de projetos no setor agropecuário, no setor industrial.

Então, mais um recurso, cabe aqui a nós questionar, qual é o destino que está sendo dado. São os recursos oriundos dos royalties, que teriam de ser creditados na conta do FDE, e que pela análise que temos feito, junto

com Vossa Excelência, com assessores nossos e outros Deputados, esses recursos estão vindo para o Governo do Estado, e não estão sendo creditados na conta do FDE, criando um transtorno muito grande aos empresários e aos paranaenses que dependem dos recursos do FDE para dinamizar a geração de emprego, as suas atividades empresariais no Paraná.

O Sr. Valdir Rossoni - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, gostaria, respeitosamente, de convidá-lo a ler a Lei Kandir, no seu anexo, onde a questão é clara.

Acredito que Vossa Excelência não se informou corretamente, está fazendo uma acusação sem consistência, e rapidamente a minha assessoria, muito competente, me trouxe a Lei Kandir, e gostaria, também, que o Deputado José Maria, que cobrou esclarecimento do Líder do Governo, que se possível, me desse a sua atenção.

A Lei Kandir diz, claramente, como é ressarcido o Estado e os municípios. Quem faz esse ressarcimento dos Estados e dos municípios é a União. A parcela que compete ao Governo do Estado, é 75%, a dos municípios é de 25%, e estes recursos são passados diretamente pela União.

Então, quando Vossa Excelência acusa o Governo do Estado a se apropriar de recursos dos municípios, Vossa Excelência poderia ganhar um pouco do seu tempo. Forneço-lhe a Lei Kandir e o anexo, para que Vossa Excelência possa ler, pois aqui está claro que o Estado não tem que passar para os municípios, e quem passa os recursos, os 25% para os municípios, é a própria União.

Está aqui em minhas mãos e coloco à sua disposição, para que amanhã possamos debater isso, porque acredito que se Vossa Excelência continuar a levar este assunto para frente, ficaria muito ruim para Vossa Excelência fazer um pronunciamento desses, acusando o Governo do Estado, de algo que não está na lei.

Quanto à resposta ao posicionamento do Deputado Pessuti, quero dizer ao Deputado Pessuti, que o PMDB governou o Paraná e o PMDB teve o mesmo procedimento quanto a questão do FDE e dessas questões que ele levantou. É engraçado... agora ele quer um procedimento diferente! É muito difícil en-

tender a posição de Vossas Excelências.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, só para concluir, quero aqui manter a minha posição. Os recursos que estão sendo transferidos aos Estados devem ser repartidos com os municípios.

O Deputado Valdir Rossoni, infelizmente, mais uma vez, está equivocando. Eu me certifiquei, em profundidade, desta matéria, os Srs. Parlamentares podem se informar com os Prefeitos que representam, e verificarão que a integralidade dos repasses está sendo feita para o Estado do Paraná.

Portanto, o projeto de lei, Deputado Rossoni, que estamos apresentando, é rigorosamente correto. Posso lhes assegurar que se fizermos justiça, esta Casa vai aprovar este projeto, porque vai garantir o repasse, que é constitucional aos municípios paranaenses que têm direito à 25% desses recursos.

Por isso, estamos apresentando este projeto e tenho certeza que ele vai merecer, por parte dos Srs. Parlamentares, amplo apoio nesta Casa, porque é matéria do maior interesse dos municípios paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia, e em Avulso, para conhecimento dos Srs. deputados.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do ex-

pediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 506/95, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos Bairro Santa Catarina, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/95, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Cooperativa Educacional Curitiba Ltda., com sede nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/97, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que declara de Utilidade Pública a Associação Arnaldo Gilberti, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/97, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduvas, Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 144/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduvas, com sede e foro na Cidade e Comarca de Catanduvas, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva conceder ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduvas, neste Estado, o benefício da Utilidade Pública Estadual, em vista dos propósitos sociais da entidade.

Considerando as especiais finalidades da supracitada entidade, conclamo aos nobres Parlamentares para a aprovação da matéria propositória.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 144/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduvas, com sede e foro na Cidade de Catanduvas, Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 147/97, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária Padre Vicente Mariani, da Cidade de Sertanópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 147/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária "Padre Vicente Mariani", com sede e foro na Cidade de Sertanópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária "Padre Vicente Mariani" é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, que graças as suas inúmeras ações voltadas às pessoas carentes, principalmente às crianças, vem se transformando em um exemplo para toda a comunidade sertanopolense e até para os municípios vizinhos. São tantas as promoções, que a Associação acaba por se constituir também em importante promotora de eventos sociais e estímulo à cultura local. No entanto, em que pesem a ajuda conseguida junto à comunidade, necessita ainda de recursos oriundos de órgãos governamentais e, para que possa habilitar-se junto aos mesmos, necessita da Lei de Utilidade Pública, razão do presente projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 147/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Padre Vicente Mariani, da Cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/97, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual, o Grupo de Idosos Unidos da Paz, com sede e foro no Bairro do Boqueirão, na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Apro-**

vado. (Publ. no D.A. nº 69, de 14.05.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 217/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado César Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o Grupo de Idosos Unidos da Paz, com sede e foro no Bairro Boqueirão, desta Cidade de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/97, que dá nova redação aos artigos 1º e 2º da Lei nº 5798, de 24 de junho de 1968. (Medalha Coronel Sarmiento, conferida anualmente pelo Chefe do Poder Executivo). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 97, de 16.06.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 284/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa dar nova redação aos artigos 1º e 2º da Lei 5789/68 (Polícia Militar).

Da análise do referido projeto, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos favoráveis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 009/97, de autoria da Comissão Executiva, que referenda o Decreto Legislativo nº 10/97, que autorizou o Sr. Governador do Estado do Paraná a ausentar-se do País. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado.**

PROJETO DE  
DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/97  
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Referenda o Decreto Legislativo nº 10/97, de 23 de julho de 1997, que autorizou o Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, entre os dias 26 do corrente mês e 02 de agosto próximo, com destino aos Estados Unidos da América, para participar de assembléia da Organização das Nações Unidas e estar presente ao lançamento de ações da Companhia Paranaense de Energia, na Bolsa de Nova Iorque.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.97.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/97

Súmula: Autoriza, "ad referendum" do Plenário, o Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País.

Data: 23 de julho de 1997.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, "ad referendum" do Plenário, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizado, "ad referendum" do Plenário, o Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, entre os dias 26 do corrente mês e 02 de agosto próximo, com destino aos Estados Unidos da América, para participar de assembléia da Organização das Nações Unidas, e estar presente ao lançamento de ações da Companhia Paranaense de Energia, na Bolsa de Nova Iorque.

Art. 2º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 23.06.97

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

O SR. ÉLIO RUSCH (~~Pela Ordem~~) - Apenas para registrar a presença, em nosso meio, Sr. Presidente, do Prefeito de São Pedro do Iguaçu, Francisco Dantas - o popular Chiquinho, bem como o Prefeito de Entrerios do Oeste - Lauro Roden, juntamente com o Presidente da Câmara - Irineu, e ainda os Vereadores de Entrerios do Oeste - Valdecino e Valter.

Apenas para que constasse nos Anais da Sessão se hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1686, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1687, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1688, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1689, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romaneli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1692, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, com apoio do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1694, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1696 a 1698, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1699 e 1700, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1701, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1704, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1616, de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1659, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1623, de autoria do Sr. Deputado

Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)  
Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Estou encaminhando o requerimento do Deputado Caíto Quintana, aonde ele requer o Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 293/97. Para ser mais claro e específico, é a questão desta polêmica levantada sobre as ovelhas, as famosas ovelhas. E o Deputado Caíto Quintana pede que seja apreciado o seu projeto em Regime de Urgência.

Nós, da Bancada de apoio ao Governo, estaremos votando contrários a isso, porque a Secretaria da Agricultura está fazendo um minucioso levantamento sobre esta questão, e estamos também recebendo inúmeras manifestações de agricultores, que através de correspondências, eles estão requerendo a sua isenção.

Por isso, não queremos aprovar aqui nenhum projeto de Regime de Urgência, sem que tenhamos conhecimento de todo o projeto, para que daí sim, o Governador, em cima de algo concreto, possa tomar uma medida.

Por isso, encaminho contra, a aprovação desse requerimento, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Já previa, desde ontem, a posição da Bancada de apoio ao Governo, encaminhada pelo Deputado Rossoni, contrária a esse Regime de Urgência.

É lamentável, acho que uma Assembleia Legislativa que votou isenção de multa, juros e correção monetária para devedores da fazenda pública do Estado, para sonegadores que não pagaram o imposto que deviam e receberam, inclusive, dos consumidores, mas foi dada anistia para eles. Foi dada anistia, também, àqueles que não pagaram o IPVA. Agora, para os produtores que pegaram ovelhas de um programa que não existe mais, porque o Governo não deu continuidade, e que terão que devolver essas ovelhas, possivelmente, para fazer churrasco ou coisa semelhante, porque o programa não existe, não será distribuído para outros agricultores, temos que avaliar caso a caso, carta a carta.

Não! Deputado Valdir, não tem se recebido carta nenhuma, o Governo tem fomentado e tenho visto em minha região, que os agricultores andem dizendo que morreram as ovelhas.

Pois bem. Poderíamos votar aqui o seguinte: reconhecimento de que as ovelhas morreram. Então, está perdoadado. O nosso problema não é esse. O problema é que não vai querer dar. Agora, quero deixar claro aqui, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares e Depu-

tado Valdir Rossoni, Vossa Excelência comunique ao Secretário da Agricultura e ao Governo do Estado, que estão pensando de forma diferente. Não se pode dar isenção de uma ovelha, ou de uma galinha, sem uma lei autorizatória da Assembléia.

Portanto, esse projeto de lei terá que ser votado, porque não existe competência para o Executivo, de isentar coisa nenhuma se não for aprovado pelo Legislativo.

Não querem votar logo? Um dia vai se votar ou o Governo vai ter que reconhecer um projeto de lei requestando em cima daquele que está apresentado e tramitando nesta Casa. Para mim, se o objetivo for atingido, está tudo bem!

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**) - Gostaria de deixar claro aqui a posição do Governo, que é isentar. Que já é de conhecimento público do Governo, da Secretaria da Agricultura, que o programa foi um fracasso. Ao invés de trazer um benefício aos pequenos agricultores do Paraná, trouxeram um grande problema para o Paraná.

Então, fica claro aqui que é posição e preocupação do Governo.

Agora, queremos tomar uma medida em cima da questão com consistência, e muito bem claro.

De forma nenhuma o posicionamento é o colocado pelo Deputado Caito Quintana, que não estamos querendo isentar os agricultores. Quem levantou essa preocupação foi o Deputado Rossoni, nesta Casa, porque estávamos realmente preocupados com a situação dos pequenos agricultores, porque houve irresponsabilidade, naquela época, da Secretaria da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento.

11 (onze) Srs. Deputados aprovam.

Srs. Deputados que rejeitam o requerimento.

23 (vinte e três) rejeitam.

**Rejeitado o requerimento.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Questão de Ordem**) - Quero comunicar, e talvez não saiba o Deputado Rossoni, que está vencido o prazo dos agricultores pagarem para as Prefeituras. Anistiar depois de os agricultores estarem executados, cobrados pelas Prefeituras, é anistia sem razão de existir. Porque muitos já pagaram, e outros estão sendo cobrados exatamente neste instante. **(Tumulto no Plenário)**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após a presente Sessão, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 144, 147, 217 e 284/97.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 190, 194 e 253/97.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 283/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 360/96, 158, 327 e 328/97.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANIBAL KHURY, EM SESSÃO DO DIA 05 DE AGOSTO DE 1997.

**"Samuel Guimarães da Costa"**

Túlio Vargas  
Jornal Gazeta do Povo

Perdemos, recentemente, o Samuca. Em menos de um ano se foram dois valores emblemáticos do jornalismo e da literatura paranaense. O outro, o Vasco. Ambos presidiam o Centro de Letras, pertenceram à Academia Paranaense de Letras e marcaram o seu tempo com cintilações de inteligência e cultura.

Jornalista, ensaísta e autor, Samuel detinha a consciência da históri-



cidade, que lhe permitia a intuição dos acontecimentos e a visão crítica da realidade social. A versatilidade sobre os temas econômicos, literários e políticos, revelava-lhe uma polivalência intelectual no campo da comunicação e da pesquisa.

Foi, ao mesmo tempo, homem de pensamento e ação. E, nessas duas vertentes, esbanjou conhecimento e experiência. Dos raros jornalistas que poderiam afirmar ter sido contemporâneo, testemunha e participante do histórico cruzamento de dois ciclos econômicos bem diferenciados: o café no Norte; e a erva-mate no Centro-Sul do Paraná, que não passaram incólumes à sua observação analítica.

Milton Cavalcanti, escreveu, certa vez, que Samuel era, sobretudo, repórter. "Repórter no seu sentido mais amplo, cavando a informação não somente nos fatos do quotidiano, como igualmente nos documentos históricos, nas entrelinhas dos informes oficiais, nas reminiscências dos episódios vividos, ao acompanhar durante longo período a quase totalidade dos homens públicos e dos acontecimentos políticos, que transformaram o Paraná num estado-notícia, e concomitantemente, num estado-problema da federação". Requisitado a assessorar muitos governadores, transmudou-se naquilo que os americanos chamam de "ghost writer", responsável pelos textos palacianos.

Servindo ao poder, nunca perdeu a autenticidade. Freitas Neto, parcimonioso nos elogios e cáustico nas críticas, afirmou que ele foi "daqueles escritores isentos que não aplaudem sempre, que criticam às vezes, sem se condicionar à vontade dos poderosos".

De maneira simples, despojado e sem vaidades desmedidas, poderia passar horas a fio a discutir temas paranaenses, com a segurança e a convicção que quem conhecia a fundo as questões

vitais do estado.

Foi a predileção por esses temas que lhe despertou a vocação para o estudo da história, convencido de que não se deve perder a ligação do presente com o passado.

Ninguém melhor do que ele, nessa especialidade, para interpretar a nossa conflitante realidade geográfica no contexto da Bacia do Prata, ao mesmo tempo corredor de passagem entre dois pólos de desenvolvimento urbano e agrícola, fenômeno que não permitiu ao Paraná uma expansão à altura das suas potencialidades por influência, certa-

mente, de uma timidez congênita do que pela capacidade de liderança.

Nascido em Paranaguá, menino pobre, órfão, aos seis anos de idade já preferia a companhia dos livros, enquanto seus colegas jogavam futebol. A obsessão pelas letras abriu-lhe amplos horizontes e deu-lhe a oportunidade de, ainda adolescente, obter emprego como revisor de jornal, levado pelas mãos de Wilson Martins.

Seguia a carreira do avô, João Régis Pereira da Costa, cuja memória cultuava com profunda ternura. Orgulhava-se das raízes familiares.

Dos derradeiros livros, "O último capitão-mor", a evocação dos ancestrais dimensionava-lhe o amor pelo passado e pelos seus paradigmas.

Em 1985 recebeu, na Assembléia Legislativa do Estado, o título de Cidadão Emérito, ouvindo emocionado as palavras do orador: "Ele tem trabalhado pelo Paraná, desprendidamente, seja como profissional de comunicação, influente em mais de uma geração, ou como homem público. O trabalho dele está no coração de nossa gente". "O jornalismo é a prática quotidiana do caráter" e a literatura o exercício diário da inteligência. Em ambos, o Samuca deixou lições de humanismo. (T.V.)